

MOBILIDADE PENDULAR E CENTRALIDADE ESPACIAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Carlos Fernando Ferreira Lobo

Centro Universitário de Belo Horizonte

Leandro Cardoso

Universidade Federal de Minas Gerais

Escola de Engenharia

Ralfo Edmundo da Silva Matos

Universidade Federal de Minas Gerais

Instituto de Geociências

RESUMO

As grandes metrópoles brasileiras tiveram alto crescimento demográfico entre 1950 e 1980. Desde então, algumas delas vêm experimentando um processo de desconcentração espacial, no qual a dispersão econômica e a redistribuição da população ganharam relevância. Diversos fatores têm favorecido essa tendência, tais como os relacionados aos custos resultantes das “deseconomias de aglomeração” e os associados à piora das condições de circulação de bens e pessoas. Políticas públicas, em diversas escalas, procuraram melhorar a distribuição de atividades e oportunidades a fim de reduzir os impactos negativos da expansão histórica da concentração econômico-demográfica. A atual organização espacial da Região Metropolitana de Belo Horizonte parece confirmar essas hipóteses. Desde a década de 1970, muitos municípios da periferia metropolitana têm apresentado incrementos populacionais mais expressivos em relação à Capital mineira, resultado do grande volume de emigrantes procedentes do núcleo metropolitano. O propósito desse estudo é avaliar o nível de dependência econômica dos municípios periféricos da RMBH em relação ao núcleo metropolitano com base nos deslocamentos espaciais diários da população. Para tanto, a análise prioriza a mobilidade pendular, com vistas ao entendimento de processos de interação socioeconômica intermunicipal. Os Censos Demográficos de 1980 e 2000 e as Pesquisas Domiciliares de Origem e Destino (ODs) de 1992 e 2001 são as principais fontes de dados desse trabalho, a partir das quais tornou-se possível identificar, na maior parte dos municípios periféricos, a redução do volume dos deslocamentos com destino ao núcleo metropolitano.

ABSTRACT

The biggest Brazilian metropolis had a high demographic growth between 1950 and 1980. Since then, some of this city's live a spatial deconcentration process, whereupon the economical dispersion and the population redistribution won relevance. Several factors have supporting this tendency, such as those related to the costs caused for the “diseconomies of agglomeration” and then associated to the down of the conditions of people and goods circulation. Public policy, in several scales, tried improve the distribution of activities and opportunities in order to reduce the negative impacts of the historical expansion of the concentration economic-demographic process. The current spatial organization of the Metropolitan Region of Belo Horizonte seems to confirm these hypotheses. Since the 70's, many metropolitan periphery counties has shown population increases more than state capital, like a result of the great number of migrants that left the metropolitan core. The purpose of this study is to value the economic dependency level of the peripheral counties of RMBH confronted to the metropolitan core. For this, the analyses give more importance to the pendular movement with focusing the process of the socioeconomic interaction. The census of 1980 and 2000 and the Origin and Destination Search of 1992 and 2001 are the main source of data that paper, from which has become possible to identify in most periphery counties, reduced the volume of displacements to the metropolitan core.

1. INTRODUÇÃO

Uma das questões que atualmente tem atraído grande atenção no âmbito dos estudos populacionais e de transportes refere-se ao processo de desconcentração espacial da população e das atividades econômicas. Além das recorrentes controvérsias sobre esses processos, que resultaram na difusão de expressões como “desmetropolização”, “reversão da polarização”, “desconcentração concentrada”, “dispersão espacial”, dentre outras, há pelo menos um relativo consenso acerca das evidências empíricas de queda no ímpeto de

crescimento populacional dos grandes centros metropolitanos brasileiros nas últimas décadas do século passado. Embora o processo de urbanização no Brasil seja bastante recente, os dados referentes aos dois últimos Censos Demográficos parecem confirmar a tendência à dispersão espacial da população, mesmo que os principais centros metropolitanos tenham mantido sua expressão demográfica regional e continuado a atrair expressivos contingentes populacionais (Martine, 1994; Matos, 1995a; Brito, 1992).

A atual distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte parece confirmar essa tendência. Desde a década de 1970, muitos municípios da periferia metropolitana vêm apresentando incrementos populacionais mais expressivos, resultado, em boa medida, do grande volume de emigrantes procedentes do núcleo metropolitano. Essa dispersão espacial da população também teve seus reflexos na distribuição da produção de riquezas na região, o que pode ser demonstrado pela perda de participação relativa do PIB de Belo Horizonte nas últimas décadas. Cabe destacar que, afora as contribuições da economia regional, esse debate ainda requer aprofundamento quanto aos efeitos da distribuição espacial da população e dos seus movimentos espaciais.

Nesse aspecto, o propósito desse *paper* é avaliar o nível de centralidade do núcleo metropolitano com base nos deslocamentos espaciais diários da população, ressaltando a importância da análise da mobilidade pendular para o entendimento de processos de interação socioeconômica intermunicipal. Para tanto, utilizou-se, além dos microdados da amostra dos Censos Demográficos de 1980 e 2000, as bases das Pesquisas Domiciliares de Origem e Destino (ODs) de 1992 e 2001. A partir dessas bases foi possível identificar os movimentos específicos das residências para os locais de trabalho. A análise do volume e das principais características dos indivíduos protagonistas desses fluxos permitiu a inclusão de dimensões pouco exploradas na abordagem dos estudos sobre o processo de desconcentração e dispersão espacial da população.

2. REVERSÃO DA POLARIZAÇÃO OU DESCONCENTRAÇÃO CONCENTRADA?

Uma obra de referência na discussão sobre o processo de reversão da polarização foi elaborada por Richardson (1980), que afirmou que o crescimento continuado da concentração não leva a um perpétuo aumento da eficiência econômica. Ao contrário, os benefícios marginais derivados da escala urbana e da concentração tendem a diminuir a partir de certo tamanho de população. Os custos médios de prover infra-estrutura física, de transportes, serviços públicos e administração governamental local aumentam em termos per capita com o crescimento da cidade. A relação custo-benefício altera-se a favor de custos crescentes. Richardson acredita que o ponto de inflexão médio e os custos sociais marginais refletem o começo de crescentes deseconomias de aglomeração, que ocorrem em função do incremento da congestão e contaminação (em conjunto com os fatores sociais tais como aumento da criminalidade e da marginalidade); da elevação no preço médio da terra (que passa a sofrer concorrência entre usos alternativos de solo) e do trabalho (aumento do custo de vida devido aos custos crescentes de transporte e habitação, explicados em parte pelas altas do preço da terra).

Para esse autor, esse processo caracteriza-se pela mudança de tendência de polarização espacial na economia nacional, a partir do qual ocorreria a dispersão espacial para fora da região central. Richardson acredita que a reversão da polarização se dá a partir de uma sequência de fases: no início haveria um processo bem definido de concentração econômica,

quando era estabelecido um centro e uma periferia; posteriormente, ocorreriam transformações estruturais na área central, em que os núcleos adjacentes passariam a apresentar crescimento mais acelerado que o centro; o terceiro estágio marcaria o início do processo de reversão da polarização, quando haveria uma dispersão ampliada; em seguida, a dispersão também atingiria os centros secundários; e, finalmente, a área central começaria a perder população. Dessa forma, à medida que as oportunidades de emprego começam a expandir-se mais rapidamente para fora da principal área metropolitana, a população residencial tenderá a redistribuir-se ao longo de todo o sistema urbano, refletindo as crescentes vantagens comparativas das cidades secundárias. Os fluxos de capital e de trabalho começam a convergir para fora da metrópole central até cidades secundárias, induzindo taxas relativamente mais rápidas de crescimento econômico e demográfico.

Na literatura econômica são indicadas as seguintes condições para a existência do processo de reversão da polarização: a) existência de pleno emprego; b) aparecimento de deseconomias de aglomeração; c) ocorrência de efeitos de espraiamento em larga escala; d) aumento da complexidade organizacional nas atividades empresariais. Contudo, estas são condições difíceis de encontrar em países não desenvolvidos. Em alguns casos, todavia, é exatamente o aparecimento de oportunidades econômicas e o crescimento na oferta de empregos que tem levado pessoas e empresas para fora das áreas metropolitanas. Um ponto de inflexão decisivo, como apontado por Redwood (1984), refere-se ao crescimento das chamadas deseconomias de aglomeração, que incluem fatores sociais, como o aumento da criminalidade urbana, e refletem incrementos pela elevação dos custos de moradia, de deslocamento intra-urbano e de trabalho. Como bem esclarece Negri (1996, p. 15), as deseconomias de aglomeração envolvem um conjunto de variáveis, entre as quais se destacam os maiores custos de transportes, de terreno, de serviços e de infra-estrutura urbana, incluindo-se outras que provocam alteração na organização da produção e na sua produtividade, com maiores dispêndios de tempo com transporte, ampliação do poder sindical de classe trabalhadora, questões ambientais, com deteriorização das condições de vida nos grandes centros urbanos, queda na produtividade do trabalho etc.

No âmbito dos estudos regionais, várias tentativas de aplicação desses modelos e de reconstrução teórica foram utilizadas no caso brasileiro, cujas particularidades estruturais e setoriais vão oferecer dificuldades adicionais à interpretação desse fenômeno. Um dos primeiros trabalhos sobre o possível processo de reversão da polarização no Brasil foi proposto por Townroe e Keen (1984). Ao considerar esse processo a partir do ponto em que a concentração da população urbana na região central começa a decrescer, esses autores acreditavam que havia sinais concretos de reversão da polarização no Estado de São Paulo entre 1970 e 1980. Eles sugerem a dualidade dos fatores que levam à concentração das atividades econômicas, destacando o papel concentrador representado por determinadas forças sociais e econômicas, que a partir de um ponto passariam a atuar na direção oposta: da desconcentração. A transição demográfica, os graus de desigualdade social e econômica, e os padrões de desenvolvimento rural e as formas institucionais e sociais de difusão de informações e inovações podem incrementar ou não a concentração na distribuição da população urbana.

É essencial, na interpretação desse mesmo autor, a atenção dirigida às necessidades das cidades secundárias, que cumprem papel fundamental na eficiência econômica e no desenvolvimento regional. No exame do desenvolvimento das cidades secundárias, o autor

sugere que certos tipos de atividade industrial tendem a “naturalmente” se localizar nestas cidades. As indústrias de bens intermediários, baseadas em recursos naturais (química, plásticos, madeira, papel e metalurgia, incluindo o aço), podem estar localizadas próximas de grandes cidades de modo a reduzir custos de transportes, valendo-se da proximidade dos mercados. Outro grupo de indústrias se dirige às cidades secundárias por se servirem dos mercados locais protegidos da concorrência externa por custos de transportes relativamente altos. Alguns serviços de maior magnitude e mais especializados, tais como universidades, hospitais e algumas atividades comerciais procuram se instalar em centros médios.

Ainda que possa parecer consensual e bastante atraente, as proposições sobre o possível processo de reversão da polarização no Brasil sofreram inúmeras críticas. As controvérsias vão desde algumas evidências empíricas, até o tipo de variáveis e a metodologia utilizada. Azzoni (1986), por exemplo, critica o fato de o tamanho da cidade ser considerado como indicador de economias aglomerativas. Ao admitir que as vantagens aglomerativas estão presentes no ambiente urbano, a exemplo da linha de polarização psicológica e do transporte de ideias, é imprescindível considerar a região como capaz de gerar um campo de atração sobre novos investimentos. A ideia essencial é que a atração regional transcende o ambiente urbano, enquanto os custos locacionais são essencialmente urbanos. Para Azzoni (*Op. Cit.*, p. 126), é, no mínimo, apressada a suposição de que haveria um processo de reversão da polarização no Brasil. Pelo contrário, as evidências indicam que, longe de constituir-se um sinal de reversão da polarização, o fenômeno observado em São Paulo estaria mais próximo de um espraiamento da indústria dentro da área mais industrializada do país, em um processo do tipo “desconcentração concentrada”. Seria aproximadamente um tipo de suburbanização das atividades industriais em âmbito mais abrangente, o que é possível pelas oportunidades abertas pelo desenvolvimento tecnológico, em um sentido amplo, para separação das atividades produtivas das atividades de comando empresarial.

Matos (1995b), por sua vez, alerta que importantes mudanças na distribuição espacial da população estão em curso, sem se conhecer, no entanto, qual é o verdadeiro alcance desse fenômeno, e se as explicações existentes abrangem estes casos. É seguro dizer que as pessoas, tanto quanto as atividades, reagem aos impactos das deseconomias de aglomeração buscando localizações alternativas. Este tipo de migração pode responder claramente aos fatores de expulsão do meio urbano (notadamente aos custos de moradia, de transporte e à escassez de emprego), mas pode também se associar a outro grupo de causas, não econômicas, relacionadas à melhoria da qualidade de vida e/ou busca de amenidades, e ao retorno às localidades de origem após a aposentadoria. É indiscutível, portanto, que boa parte da expansão da urbanização do país nas últimas décadas deriva dos efeitos multiplicadores de espraiamento da concentração urbana e industrial do Sudeste. Esse processo estimulou o adensamento da rede urbana e os vínculos de complementaridade entre as centralidades.

Entretanto, como defende Matos (1995), não parece plausível afirmar categoricamente sobre um amplo processo de reversão da polarização ou de desconcentração espacial. É bem provável que o país esteja passando por um ciclo de descompressão do crescimento urbano central, no qual os movimentos migratórios assumem importante papel explicativo. Nesse cenário, as regiões metropolitanas assumem um papel fundamental na compreensão desse fenômeno, tendo em conta que, como já fora mencionado, movimentos populacionais significativos têm ocorrido internamente a tais regiões ao longo das últimas décadas.

3. DESMETROPOLIZAÇÃO OU PERIFERIZAÇÃO? DISCUSSÕES A PARTIR DE EVIDÊNCIAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Um rápido processo de crescimento urbano começou a se desenhar no Brasil a partir da década de 1940, período no qual a incipiente economia industrial deu azos à emergência de uma reorganização espacial da população no território nacional. A partir desse momento, o país presenciou um novo padrão de urbanização, essencialmente concentrador, em que a redistribuição populacional interna, em grande medida, foi direcionada aos grandes centros urbanos, notadamente os situados na região Sudeste, não obstante as tentativas governamentais de incentivar sucessivas aberturas de fronteiras agrícolas desde a década de 1930 (Taschner e Bógus, 1986).

Dessa forma, a expansão da rede urbana brasileira, também apoiada em uma ampliação do mercado de trabalho urbano-industrial, refletiu-se no aumento do número de cidades, acompanhada de um esvaziamento do campo e no incremento da população urbana. As elevadas taxas de crescimento da população urbana a partir dos anos 1950, embora num ritmo menos acelerado a partir da década de 1970, encontraram esteio no declínio da população rural desde então. Merece destaque, ainda, a aceleração do grau de urbanização brasileiro, fazendo com que já em 1970 ocorresse pela primeira vez na história do país uma diminuição em termos absolutos da população rural no intervalo intercensitário. A população urbana passou a representar cerca de 56% da população total, havendo, nesse contexto, uma expressiva participação da população residente na região Sudeste (com grau de urbanização de 72,7%), fato que vem reforçar o padrão concentrador da distribuição populacional no Brasil. Nas demais regiões também passavam a predominar populações urbanas, mantendo-se tal condição nos períodos censitários subsequentes.

Nesse cenário, no qual a intensificação dos fluxos migratórios campo-cidade veio consolidar o processo de urbanização em torno das principais capitais brasileiras, as regiões urbanas passaram a se comportar como um único organismo, uma única cidade, embora subordinado a diferentes administrações municipais. Com efeito, o governo federal determinou a criação das regiões metropolitanas, de forma que a aproximação em termos políticos e administrativos entre os municípios componentes pudesse viabilizar a resolução de problemas compartilhados. Para tanto, houve um incentivo à gestão integrada através da preferência no acesso a recursos financeiros estaduais e federais àquelas cidades que participassem da elaboração e planejamento desse novo modelo de gerenciamento. Oito, dentre as nove principais RMs do país foram criadas em 1973 (São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza), sendo, em 1974, institucionalizada a do Rio de Janeiro.

Convém ressaltar que, ainda na década de 1960, em vários Estados o Poder Público já caminhava nessa direção, reconhecendo a questão metropolitana e colocando em prática experiências embrionárias de gestão intermunicipal, as quais contribuíram para a inclusão da questão metropolitana na Constituição Federal de 1967 e para sua manutenção na Emenda Constitucional nº 1, de 1969. Assim, logo após a promulgação da Constituição de 1967, iniciaram-se os estudos para a definição de critérios de delimitação e organização administrativa das regiões metropolitanas, culminando na sua institucionalização seis anos depois.

3.1. A desconcentração e os movimentos espaciais diários da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) foi criada no dia 08 junho de 1973, através da Lei Complementar (federal) nº 14, com a finalidade de realizar “*serviços comuns de interesse metropolitano*” (Mares Guia, 2001: p. 409). Na oportunidade, era composta por 14 municípios, a saber: Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano. Em 1989, através da Constituição Estadual, foram acrescentados os municípios de Brumadinho, Esmeraldas, Igarapé e Mateus Leme. Em 1993, os municípios de Juatuba e São José da Lapa, antes integrantes de Mateus Leme e Vespasiano, respectivamente, foram também incorporados à região por meio da Lei Complementar nº 26 (estadual). Em 1995, a Lei Estadual nº 12.030 determinou que municípios criados de emancipações de outras cidades pertencentes à RMBH, seriam nela, automaticamente incluídos. Com efeito, através da Lei Complementar (estadual) nº 48, criada em novembro de 1997, foram integrados os municípios de Sarzedo e Mário Campos (que pertenciam a Ibirité até 1995), São Joaquim de Bicas (emancipado de Igarapé em 1995), Confins (que era integrante de Lagoa Santa até 1995), Florestal e Rio Manso. Em janeiro de 2000, a Lei Complementar (estadual) nº 56, integrou à RMBH os municípios de Baldim, Capim Branco, Itaguara, Jaboticatubas, Matozinhos, Nova União e Taquaraçu de Minas. Por fim, em 2001, o município de Itatiaiuçu também foi integrado. Assim, a RMBH é formada atualmente por 34 municípios (abrangendo uma área de cerca de 9.179 km²) e abriga cerca de 4,8 milhões de habitantes, o que a caracteriza, em termos demográficos, enquanto a terceira maior região metropolitana do país.

A partir da década de 1970, como já demonstraram Rigotti (1994), Matos (1995a), dentre outros, já era perceptível uma desaceleração no ritmo de crescimento de Belo Horizonte. A partir desse momento, os municípios da periferia da RMBH têm apresentado incrementos populacionais bem mais significativos do que a própria Capital mineira. Segundo informações censitárias, os municípios periféricos experimentaram taxas de crescimento populacional anual da ordem de 6,84%, 5,01% e 4,40% entre os períodos de 1970/1980, 1980/1991 e 1991/2000, respectivamente. Nesses mesmos períodos, o município de Belo Horizonte apresentou taxas anuais de 3,73%, 1,15% e 1,10%. Esses diferenciais no ritmo de crescimento da periferia metropolitana tiveram reflexo na evolução da participação do núcleo metropolitano nos estoques totais de população na região. Desde 1970, a periferia metropolitana vem crescendo em volume e na proporção da população regional. Em 2000, 48,63% da população da região metropolitana residia fora de Belo Horizonte (em 1970 essa proporção era de apenas 33,59%).

Essa queda na participação da população residente em Belo Horizonte na região metropolitana poderia suscitar pelo menos duas conclusões aparentemente antagônicas: a perda de centralidade ou a ampliação do campo de polarização do núcleo metropolitano. A primeira hipótese baseia-se em um provável deslocamento das atividades econômicas e da população do *core* para a periferia, diminuindo o peso econômico e demográfico da Capital. Em outra perspectiva, o crescimento da periferia é visto como resultado do extravasamento do *core* metropolitano, o que, ao contrário do que se imaginaria, representaria um crescimento da polarização e a densificação da rede urbana regional nuclear.

Ainda que pareça contraditório, uma análise acerca dos fluxos de população entre o núcleo e os municípios da periferia metropolitana parece indicar que, ainda que Belo Horizonte tenha

mantido sua centralidade, há um ganho de autonomia de um número razoável de municípios na região. Vários municípios, antes descritos como meras “cidades dormitórios” nas décadas de 1960 e 1970, além de ampliar suas inter-relações com o *core*, apresentam forte desenvolvimento de determinadas funcionalidades eminentemente urbanas, o que tem permitido que uma crescente parcela da população local tenha suas atividades econômicas/profissionais desenvolvidas no próprio município de residência, o que tem diminuído a proporção e/ou o volume daqueles que fazem movimentos diários entre a periferia e o núcleo metropolitano.

4. MOBILIDADE PENDULAR INTRAMETROPOLITANA E INSERÇÃO OCUPACIONAL DA POPULAÇÃO

Uma primeira análise acerca dos movimentos diários de população na região metropolitana com destino a Belo Horizonte pode ser obtida a partir dos dados extraídos dos Censos Demográficos de 1980 e 2000 (importa ressaltar que essa variável foi excluída do questionário da amostra no Censo de 1991, sendo retomada no levantamento subsequente). Se compararmos esses dois momentos, nota-se um expressivo aumento do número de pessoas residentes nos municípios da periferia metropolitana que declararam trabalhar ou residir em Belo Horizonte (de 82.307 em 1980 para 266.501 em 2000), ainda que proporcionalmente as alterações tenham sido menos expressivas (de 9,19% a 12,62%).

Como pode ser observado a partir da Figura 1, em vários municípios, notadamente aqueles mais próximos ao núcleo (a chamada periferia imediata), houve uma ampliação da participação da população residente que residia ou estudava em Belo Horizonte. Em Ribeirão das Neves e Sabará, por exemplo, essa participação em 2000 era superior a 20% da população residente total. Também são expressivas as proporções registradas nos municípios de Santa Luzia, Igarapé e Vespasiano. Cabe destacar, ainda, o volume expressivo representado pelos movimentos procedentes de Contagem, que envolveram quase 70 mil pessoas deslocando diariamente para Belo Horizonte. Ainda em relação ao volume, o caso de Ribeirão das Neves também é exemplar. Mais de 50 mil pessoas residentes nesse município trabalham ou estudam no núcleo metropolitano. Mesmo que boa parte do aumento no número de pessoas que declaram trabalhar ou residir em Belo Horizonte seja um resultado natural do crescimento populacional da periferia metropolitana verificada a partir da década de 1970, é notório o alto grau de polarização exercido pela Capital mineira. Contudo, esses dados censitários não permitem desagregar aqueles que realizam o movimento para fins definidamente de trabalho. São incluídos nesse volume aqueles que se deslocam com finalidade exclusiva de estudo, o que envolve jovens fora da idade laboral.

Uma rica fonte auxiliar de dados, que permite identificar os deslocamentos de casa para o trabalho, refere-se às Pesquisas Domiciliares de Origem e Destino (ODs), comumente realizadas a cada dez anos. Desenvolvidas, respectivamente, pelo NUCLETRANS (Núcleo de Transportes da Escola de Engenharia da UFMG), em convênio com a TRANSMETRO (Transportes Metropolitanos) e pela Fundação João Pinheiro (FJP), as bases das ODs de 1992 e 2001 permitem identificar os movimentos populacionais diários do local de residência para o local de trabalho da população residente nos municípios da região metropolitana. Essas informações possibilitam traçar os vetores de deslocamento intrametropolitano, bem como algumas das características ocupacionais da população protagonista desses movimentos. Os resultados extraídos das ODs também confirmam a intensificação dos movimentos populacionais entre os municípios da periferia e o núcleo metropolitano. Os deslocamentos

diários com destino a Belo Horizonte passaram de 137.098 em 1992 para 164.388 em 2001. No entanto, se em 1992 representavam 37,55% do total de deslocamentos residência-trabalho no interior da região metropolitana, essa proporção foi reduzida a 22,08% em 2001 (excluídos os movimentos dentro do próprio município de Belo Horizonte).

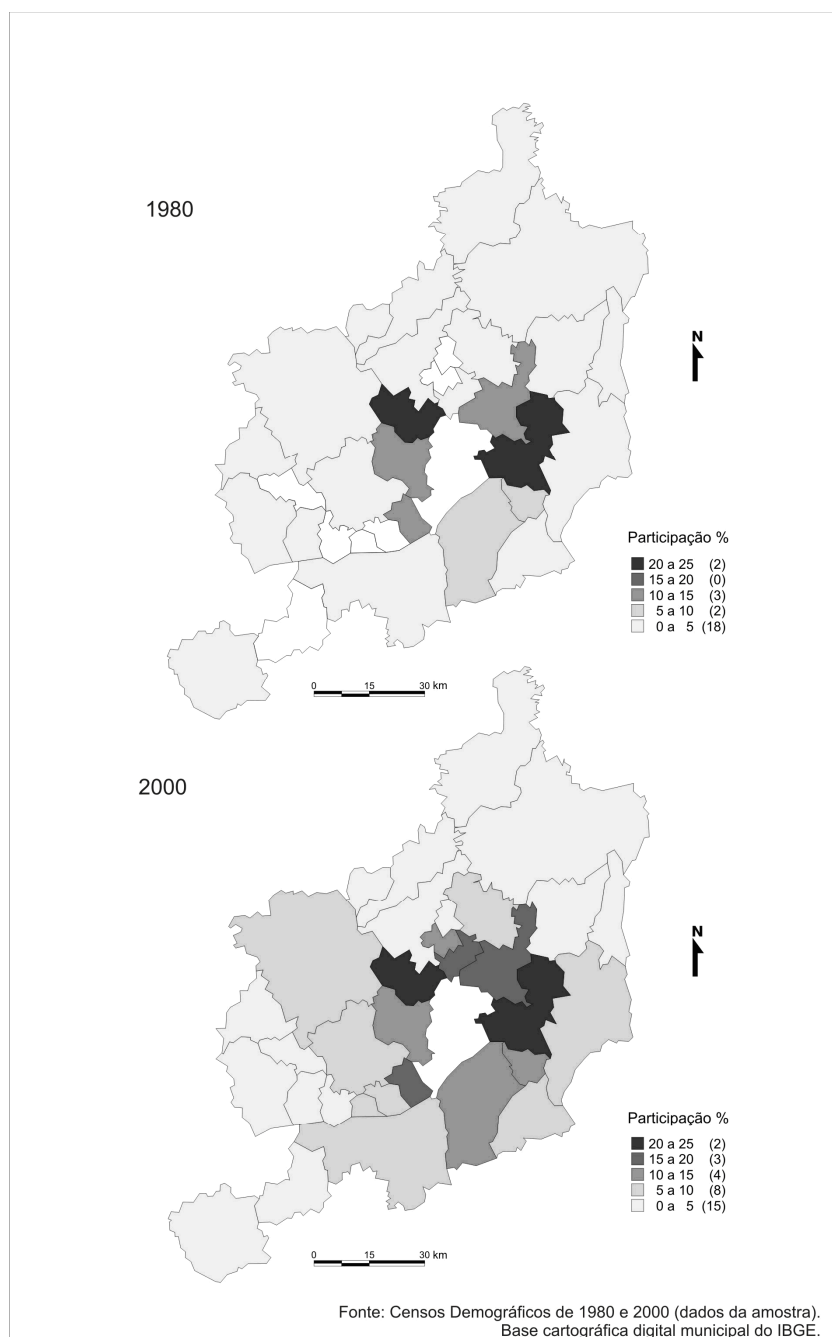


Figura 1: Percentual da população residente que trabalha ou estuda em Belo Horizonte – 1980 e 2000

A análise desagregada por município indica particularidades especialmente relevantes, como pode ser observado na Figura 2. No eixo norte, onde se destacam os municípios de Ribeirão das Neves, Vespasiano e Santa Luzia, foi notória a queda acentuada na proporção daqueles

que se deslocavam para o trabalho em Belo Horizonte. No caso específico de Ribeirão das Neves, que envolve um volume maior de população, os percentuais caíram de 69,18% em 1992 para 39,17% em 2001. Há, todavia, casos em que o movimento em direção ao núcleo experimentou leve crescimento. Um importante exemplo foi Nova Lima (como também Raposos e Brumadinho), onde a proporção evoluiu de 20,49% para 28,05.

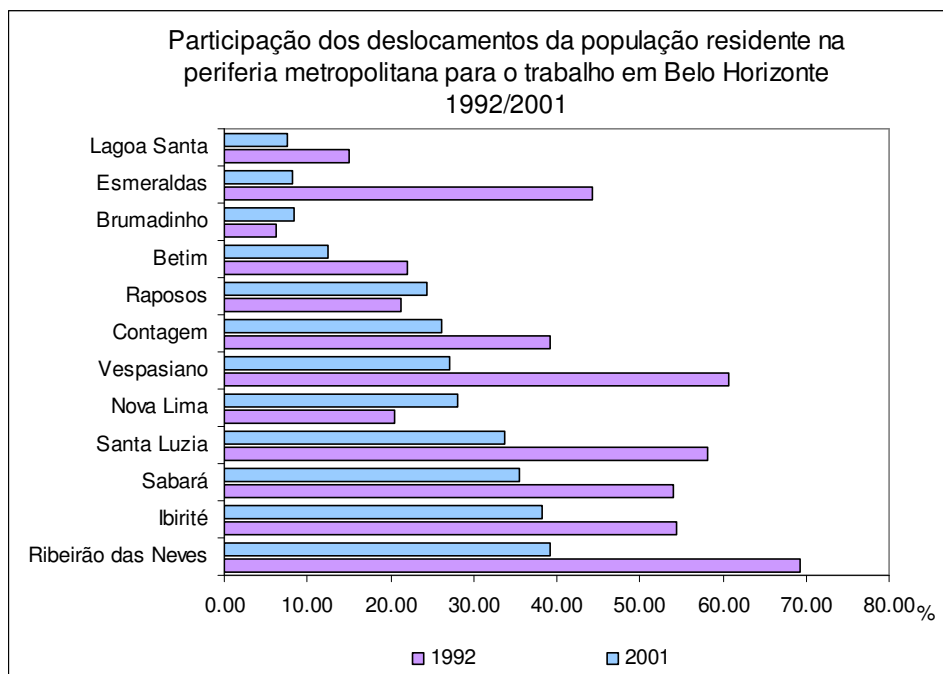


Figura 2: Participação dos deslocamentos da população residente na periferia metropolitana para o trabalho em Belo Horizonte (1992 - 2001)

Nesse mesmo período, associado à diminuição relativa dos deslocamentos casa-trabalho, originados na periferia metropolitana, com destino na Capital, registra-se um forte crescimento dos deslocamentos casa-trabalho realizados no próprio município de residência. De 52,78% de movimentos intramunicipais em 1992, essa proporção evoluiu para 67,77% em 2001. Na Figura 3 observa-se que, dos 22 municípios com informação disponível em 1992, em sete a participação dos que trabalhavam no mesmo município de residência era inferior a 50% (Sabará, Santa Luzia, Esmeraldas, Sarzedo, Ribeirão das Neves, Vespasiano e Ibirité). Em 2001, apenas o município de Ibirité manteve-se nessa situação, enquanto 13 municípios exibiam proporções variando entre 50% e 75%. Trata-se, em sua grande maioria, de municípios limítrofes com Belo Horizonte. Além de Contagem e Betim, com expressivo volume de população ocupada dentro do município, destacaram-se Ribeirão das Neves e Santa Luzia (ambos com valores superiores a 30 mil).

Esse crescimento na absorção de mão-de-obra nos municípios da periferia sugere um crescimento na oferta de postos de trabalho e o fortalecimento das economias locais na região. Mesmo que Belo Horizonte continue absorvendo boa parte da força de trabalho metropolitana, há sinais de ganho de autonomia econômica dos municípios do entorno, notadamente daqueles com maior peso demográfico, próximo à Capital. Esses municípios, não obstante as especificidades, passaram a absorver uma parcela maior de trabalhadores e a oferecer postos de trabalho com maiores requisitos de qualificação e/ou especialização,

sobretudo nos setores de prestação de serviços e de comércio varejista. Além disso, aqueles municípios mais distantes já apresentavam maior autonomia, tendo em vista as já esperadas dificuldades de deslocamento em distâncias maiores.

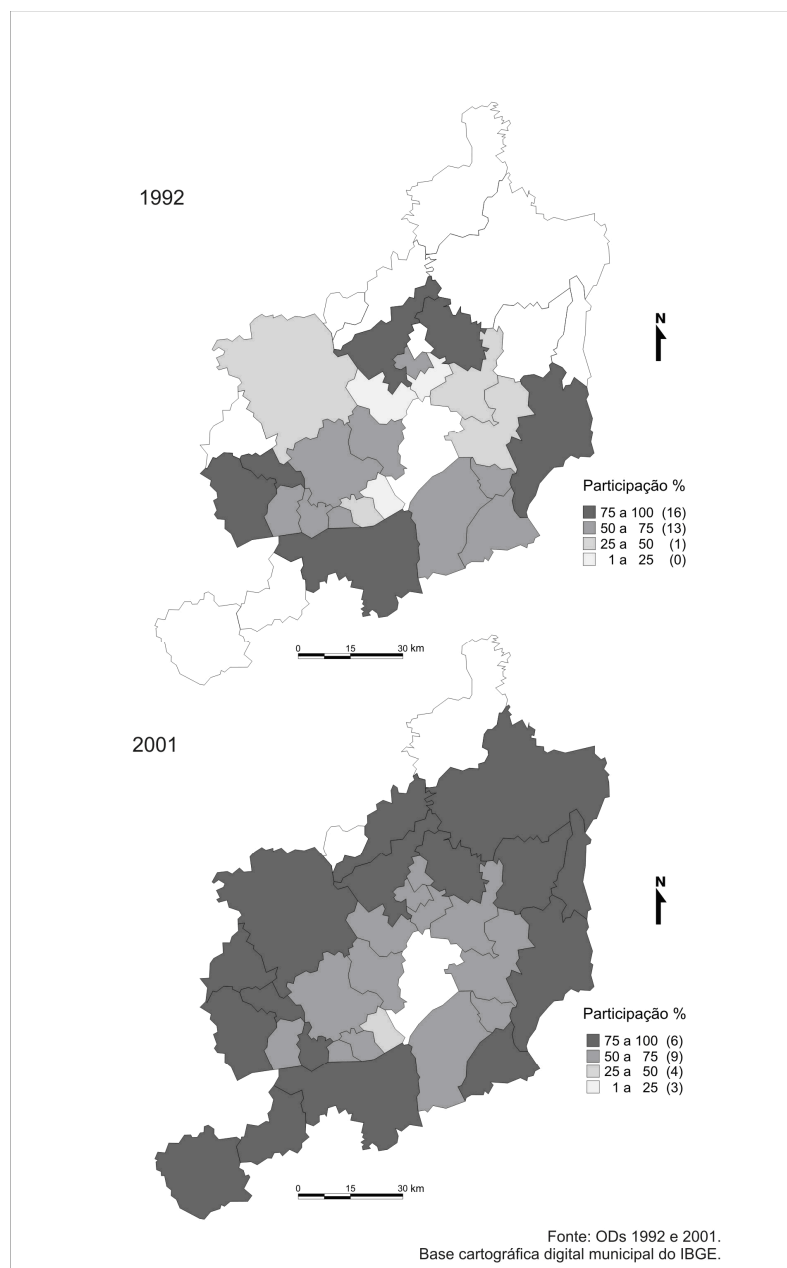


Figura 3: Percentual da população residente que se desloca para o trabalho no mesmo município (1992 - 2001)

Apesar de algumas características marcantes em termos ocupacionais, da parcela da população que declarou trabalhar no próprio município de residência, existe o predomínio das atividades dos chamados *serviços diversos*, uma vez que incorporam 44,03% do total de ocupados (ver Tabela 1). Dignos de nota também são o *comércio varejista*, a *indústria e extração mineral* (nos municípios de Betim, Santa Luzia, Pedro Leopoldo e Ibirité) e os *serviços públicos* (com forte presença em quase todos os municípios). Tratam-se, via de regra, de atividades econômicas tipicamente urbanas, sinalizando que os municípios com maior taxa

de ocupação da RMBH apresentam maior incremento de suas atividades terciárias, várias delas de baixa qualificação, particularmente aquelas de tipo serviços pessoais, domésticos, de conservação e limpeza.

Distribuição percentual da ocupação por setor de atividade da população que trabalha nos municípios de residência - principais municípios da RMBH - Pesquisa OD 2001						
OCUPAÇÃO	Atividades agrárias	Indústria e Ext.	Construção Civil	Comércio Varejista	Serviços Diversos	Serviços Públicos
Betim	0,73	22,04	8,72	15,43	38,75	14,33
Brumadinho	6,36	8,33	12,72	10,53	48,90	13,16
Caeté	13,33	7,94	11,43	14,92	37,14	15,24
Contagem	0,62	15,66	6,31	24,54	43,24	9,63
Esmeraldas	11,08	3,27	9,32	14,61	49,12	12,59
Ibirité	1,07	16,58	13,90	12,30	43,85	12,30
Lagoa Santa	1,87	6,74	12,92	12,73	50,00	15,73
Nova Lima	0,78	8,91	8,33	11,05	56,40	14,53
Pedro Leopoldo	1,72	17,88	7,87	14,31	44,92	13,30
Ribeirão das Neves	1,17	7,67	10,50	22,17	45,17	13,33
Sabará	0,42	13,99	6,89	18,58	44,89	15,24
Santa Luzia	1,77	18,17	8,36	18,33	43,41	9,97
Vespasiano	1,40	12,92	10,96	15,45	48,03	11,24
Total	1,89	14,70	8,66	18,46	44,03	12,26

Tabela 1 – Distribuição percentual da ocupação por setor de atividade da população que trabalha nos municípios de residência – principais municípios da RMBH (Pesquisa OD 2001)

Distribuição percentual da ocupação por setor de atividade da população residente que trabalha em Belo Horizonte - principais municípios da RMBH - Pesquisa OD 2001						
OCUPAÇÃO	Atividades agrárias	Indústria e Ext.	Construção Civil	Comércio Varejista	Serviços Diversos	Serviços Públicos
Betim	0,00	8,33	11,46	22,92	49,48	7,81
Brumadinho	0,00	6,52	6,52	10,87	63,04	13,04
Caeté	0,00	12,00	12,00	12,00	48,00	16,00
Contagem	0,24	10,34	4,64	24,02	46,14	14,63
Esmeraldas	0,00	11,63	11,63	18,60	48,84	9,30
Ibirité	0,00	16,76	10,40	27,17	41,04	4,62
Lagoa Santa	0,00	24,49	6,12	10,20	46,94	12,24
Nova Lima	0,00	6,85	5,48	17,81	58,45	11,42
Pedro Leopoldo	0,00	22,73	4,55	18,18	36,36	18,18
Ribeirão das Neves	0,21	8,09	9,57	28,51	45,96	7,66
Sabará	0,00	10,51	7,46	21,36	52,20	8,47
Santa Luzia	0,00	8,55	5,13	24,79	54,70	6,84
Vespasiano	0,00	5,10	14,01	28,66	45,86	6,37
Total	0,11	10,01	7,56	24,47	47,99	9,86

Tabela 2 – Distribuição percentual da ocupação por setor de atividade da e residente que trabalha em Belo Horizonte – principais municípios da RMBH (Pesquisa OD 2001)

A comparação das informações contidas nas Tabelas 1 e 2, relativas às populações que realizam e não realizam deslocamentos pendulares na RMBH, mostram algumas diferenças que permitem ratificar algumas conclusões: i) Os *serviços públicos* constituem uma importante fonte de empregos a ocupar principalmente a força de trabalho local (provavelmente os de menor remuneração); ii) Setores econômicos tipicamente urbanos vão ocupar, indiscriminadamente, significativa mão-de-obra em uma área metropolitana, a exemplo do *comércio varejista*, que apresenta forte presença de trabalhadores pendulares ocupados em lojas e estabelecimentos sediados no *core* metropolitano (24,47% contra

18,46%); iii) Os *serviços diversos* também envolvem mais mão-de-obra de trabalhadores pendulares (47,99% contra 44,03%), mas, nesse caso, a pendularidade aglutina um percentual não desprezível de pessoas de maior renda que moram em condomínios fechados nos municípios contíguos a Belo Horizonte, tais como Nova Lima, Brumadinho, Esmeraldas ou Sabará.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a década de 1980, os possíveis efeitos do processo de desconcentração espacial e dispersão da população têm atraído atenção especial de vários pesquisadores brasileiros. Depois de décadas em que o país enfrentou uma forte concentração da população e das atividades econômicas nas principais metrópoles do Sudeste, surgiram evidências acerca de uma possível mudança de padrão. Mesmo que nossa realidade social e econômica seja eminentemente distinta, várias tentativas buscaram avaliar essa hipótese para o caso brasileiro. Ainda que esse debate não tenha se traduzido em consenso, algumas evidências parecem sugerir, se não uma desconcentração nos moldes clássicos, pelo menos o fortalecimento de determinadas especialidades além do *core* metropolitano. Não obstante tais incertezas, também são ainda incipientes as pesquisas que enfatizam os movimentos espaciais da população nessa análise, seja pela definição clássica de migração ou mesmo pela mobilidade pendular.

Nesse contexto, a Região Metropolitana de Belo Horizonte compreende um espaço especialmente peculiar. Na metade do século passado, a Capital de Minas Gerais tinha pouco mais de 350 mil habitantes. Em menos de 50 anos, Belo Horizonte teve um forte surto de crescimento demográfico e um posterior arrefecimento, resultado, em boa medida, da inversão no saldo migratório intrametropolitano. A partir desse momento, vários centros urbanos se fortaleceram na periferia metropolitana, apresentando níveis de crescimento populacional significativamente superior ao núcleo e um grande fluxo de imigrantes. Se a dispersão espacial da população residente é insuficiente para caracterizar um quadro de desconcentração espacial, como proposto na economia regional, parece haver outros sinais de ganho de autonomia econômica em diversos espaços além do *core*. Essas evidências vão além da realidade encontrada nos municípios Contagem e Betim (vetor Oeste), importantes centros de expansão do parque industrial, mas também podem ser identificadas em municípios do eixo norte da região metropolitana, como em Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano, por exemplo.

Uma forma de avaliar as alterações na centralidade do espaço metropolitano perpassa a análise dos movimentos diários de população. Com base nas Pesquisas Domiciliares de Origem e Destino de 1992 e 2001, foi possível identificar uma sensível queda na proporção dos fluxos diários do tipo residência/trabalho dos municípios da periferia com destino ao núcleo metropolitano. Paralelamente, e associado a essa mudança, em grande parte dos municípios da periferia houve um expressivo crescimento no volume daqueles que se deslocavam dentro do próprio município de residência. Na estrutura ocupacional dessas populações nota-se uma importante concentração na categoria *serviços diversos*, com menor participação do *comércio varejista*, *indústria* e *serviços públicos*. Quando comparada ao comportamento ocupacional daqueles que se dirigem a Belo Horizonte diariamente, os resultados são bem semelhantes, destacando o maior peso dos *serviços diversos* e do *comércio varejista*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Azzoni, C. Indústria e Reversão da Polarização no Brasil. *Ensaios Econômicos -IPE/USP*, São Paulo, n.58, 1986.
- Baeninger, R. O processo de urbanização no Brasil: características e tendências. In: Bógus, L.M.M.; Wanderley, L.E.W.(orgs.). *A luta pela cidade em São Paulo*. Cortez Editora. São Paulo, 1992, p. 11-28.
- Bríto, F. Mobilidade espacial e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Anais do X Encontro de Estudos Populacionais*. Brasília, 1992, v.2, p.771-788.
- Cano, W. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, 2 ed. São Paulo: TA Queiroz, 1977.
- Carvalho, J. A. M. A dinâmica demográfica no Brasil: tendências recentes e perspectivas. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 1, p. 05-23, 1997.
- Carvalho, J. A. M., Rigotti, J. I. Análise das metodologias de mensuração das migrações. In: Encontro Nacional sobre Migração, 1998, Curitiba. *Anais...* Curitiba: IPARDES/ABEP, 1998.
- Greenwood, M. *Migrações internas nos Estados Unidos; uma revisão da literatura*. In: Moura R, A. M. (Coord). *Migração interna; textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 733-77. 1980.
- Haddad, P. *Economia Regional; teorias e métodos de análise*. Recife, Banco do Nordeste do Brasil, 1980.
- Mares Guia, V. R. A gestão na Região Metropolitana de Belo Horizonte: avanços e limites. In: Fernandes, E. (org.). *Direito urbanístico e política urbana no Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- Martine, G. *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80*. Textos para Discussão 329, Brasília, IPEA, 1994. 43p.
- Martine, G. Migração e metropolização. In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação SEADE 1(2)7, 1987.
- Matos, R. *Dinâmica migratória e desconcentração da população na macrorregião de Belo Horizonte*. Belo Horizonte. CEDEPLAR (tese de doutorado), 1995a.
- Matos, R. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. In: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. São Paulo, 1995, p. 35-58.
- Matos, R. e Baeninger, R. Migração e urbanização no Brasil: processos de concentração e desconcentração espacial e o debate recente. *Cadernos do Leste*. IGC/UFGM, v.1, n.1, Belo Horizonte, 2004, p.7-44.
- Negri, B. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.
- Redwood III, J. Reversion de polarizacion, ciudades secundarias y eficiencia en el desarrollo nacional: una vison teorica aplicada al Brsil contemporaneo. *Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales*, Santiago, vol 11, n.32, dez. 1984
- Richardson, H. Polarization reversal in developing countries. *The Regional Science Association Papers*, Los Angeles, vol. 45, nov. 1980.
- Rigotti, J. I. R. *Técnicas de mensuração das migrações a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1999. (tese de doutorado em demografia)
- Taschner, S. P.; Bógus, L.M.M. Mobilidade Espacial da População Brasileira: Aspectos e Tendências. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, jul-dez, 1986.
- Townroe, P.; Keen, D. M. Polarization reversal in the state of São Paulo, Brazil. *Journal of the Regional Studies Association*, Cambridge, vol. 18, n. 1, fev. 1984.

Carlos Fernando Ferreira Lobo (cfflobo@yahoo.com.br)

Departamento de Ciências Biológicas, Ambientais e da Saúde, Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni-BH)
Av. Professor Mário Werneck, 1685 – Bairro Estoril – Belo Horizonte, MG, Brasil

Leandro Cardoso (leandrocardoso@hotmail.com)

Departamento de Engenharia de Transportes e Geotecnia, Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Av. do Contorno, 842 – Centro – Belo Horizonte, MG, Brasil

Ralfo Edmundo da Silva Matos (ralfo@igc.ufmg.br)

Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha – Belo Horizonte, MG, Brasil